

Não pensa muito que dói – um palimpsesto sobre Teoria na Arqueologia Brasileira¹

José Alberione dos Reis²

Como diz o romancista Júlio Cortázar para o jazz, o que vale como tesouro são os *takes*, produzidos nos estúdios de gravação e lá guardados como documentos a serem esclarecidos no *post mortem* de seus autores. Os *takes* são únicos e não se repetem. Portanto, exclusivos e testemunhos de raros momentos de criações ímpares. Assim, o que vai por aqui escrito é do campo do indeciso, do sendo construído, desconstruído, feito, refeito e seguindo diferentes trajetórias e questionamentos. Neste texto apresento um resumo da tese produzida e defendida.

Hoje estou cada vez mais convencido de que as fronteiras entre ciência e poesia, entre ciência e arte e entre o dionísio e o apolíneo, dentro do dito mundo acadêmico, confundem-se, fundem-se, imbricam-se. O que afirmo aqui é minha convicção de que as fronteiras até agora tão substancialmente rígidas e pretensamente marcadas entre e diante dos mais variados campos do conhecimento, estão, felizmente, sofrendo abalos, diluições e soluções de continuidade que apontam para trocas transdisciplinares e solidariedade de entrecruzamentos teóricos e metodológicos.

Assim posto, vou ao desvendar do palimpsesto.

O que é passível de elucidação sobre a existência de teoria na Arqueologia brasileira? Quais teorias estão fundamentadas nas pesquisas no Brasil? Este trabalho foi elaborado na tentativa de responder a estes questionamentos, motivado pela constatação de que, no Brasil, na maioria dos resultados das pesquisas em arqueologia, permanece ainda uma resistência à teoria. Os textos publicados sugerem como se fosse mesmo desnecessário marcar teorias ou elas estão veladas, ocultadas em um proposital mascaramento de inexistência. Tais constatações apontam para um equivocado entendimento do rigor científico da pesquisa arqueológica no Brasil como prescindindo de postulados teóricos. Sugerindo respostas às questões, posso caracterizar não tanto oposição, mas aderência velada a correntes teóricas.

As questões acima, no que apontam para a Arqueologia brasileira, são oriundas do que vem sendo constatado como um lugar de falta, de ocultamento ou de descaso. Partindo deste campo do conhecimento, as respostas poderão ser encontradas em vários caminhos ou fundamentações advindas da Filosofia da Ciência, da Epistemologia, da Análise do Discurso. São questões básicas, portanto, que subjazem em qualquer pretensão de um fazer científico. Não há trabalho científico sem base teórica.

Neste sentido, assinalo uma incongruência que transparece na produção acadêmica da Arqueologia brasileira, qual seja, um pretenso fortalecimento e conhecimento de métodos em detrimentos de explicitação em termos teóricos. Dito de outro modo, vem salientado o que pretensamente se sabe muito, sobre métodos e técnicas de pesquisas, porém, separado de seus discursos teóricos explícitos correspondentes. Pelo exposto, fica claro que o que ocorre nesta

¹ Tese apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, março de 2004.

² Universidade de Caxias do Sul/Depto. de História tocchett.voy@terra.com.br

arqueologia pode ser um proposital ve-lamento, reforçador de descritivismos e de dados empíricos, em detrimento de um assumir teórico e conceitualmente explícito. Não há falta de teoria na literatura publicada sobre a Arqueologia brasileira. Existe, só que tal literatura referida traz marcadamente o que se pode denominar de conceitos no vazio, isto é, embora presentes não são explicitados.

Para que esta arqueologia, que não está isolada do resto das ciências, adquira maturidade e cresça enquanto ciência social, deve cumprir a exigência de explicitar os princípios e conceitos teóricos que subjazem aos procedimentos técnicos empregados na obtenção e na pretensa interpretação e/ou explicação dos dados construídos. Esclarecer a existência, o uso e a aplicação de teoria na Arqueologia é hoje quase um destaque anacrônico diante da importância já sedimentada das questões teóricas nas ciências humanas. Desta forma, não parece ser mais passível de descaso ou ignorância o que diz respeito ao presente ideológico do arqueólogo ao interpretar o passado. Esta interpretação não é apenas a construção de um passado, que sempre é feita pelo arqueólogo e finalizada num texto, mas também a construção deste passado a partir do contexto teórico, político, social, econômico e ideológico do arqueólogo enquanto agente construtor de conhecimento.

A proposta desta tese ancora-se em um levantamento, o mais exaustivo possível, das teses e dissertações produzidas em três centros formadores de profissionais em nível de pós-graduação no âmbito da arqueologia. Estão localizados na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP) e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Também analisei os programas das disciplinas focadas em teoria e ministradas nos cursos de pós-graduação das instituições mencionadas. Da mes-

ma forma, trabalhei com os programas de algumas disciplinas que foram ministradas no extinto curso de Graduação em Arqueologia da Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ/Brasil) e com os artigos publicados – entre 1981/1999 – nos anais das Reuniões Científicas da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) que trataram explicitamente de questões teóricas. Num levantamento geral, que não tem a pretensão de ser completo e total, localizei 225 textos que englobam o conjunto das produções acadêmicas das três instituições, num período compreendido entre 1970 e 2001. A partir destes 225 textos e através de vários critérios, compus a amostragem final da pesquisa que abrange 71 textos.

O levantamento geral demonstrou uma ampla gama de diversidades temáticas, de orientadores e de locais de produção das teses e dissertações. Esta situação levou-me por escolhas subjetivas de critérios definidores da amostragem que redundou em 71 textos. Selecionado e definido o universo empírico, parti para uma segunda etapa da pesquisa. Efetuei a leitura de cada um dos 71 textos. Visava duas direções. De uma, a extração de dados que dariam conta dos itens elaborados nas fichas específicas para o universo empírico. De outra, a busca de respostas advindas de diversas questões direcionadas a esse: quais teorias arqueológicas estavam sendo aplicadas?; estavam explicitadas ou se apresentavam de forma implícita?; de que modo eram tratados os conceitos básicos em cada texto?; quais referenciais teóricos arqueológicos e não arqueológicos estavam sendo utilizados?

Nesta etapa da pesquisa e tentando encontrar um suporte para responder as questões acima apresentadas, busquei uma possível sustentação dentro de uma metodologia hermenêutica aplicada como heurística sobre as teses/dissertações, visando a elucidação do lugar e da existência da teoria arqueológica nestes textos científicos. Um trabalho de interpre-

tação que, através da hermenêutica, atuou a partir do dito e do escrito ao não dito e ao não escrito, mas pensado.

Diante deste conjunto de leituras, sempre como uma sombra fantasmática a me instigar, a pergunta: de qual lugar teórico vou trabalhar para a elucidação de minha problemática? Depois de madrugadas e de chimarrões, fiz a seguinte escolha: um lugar teórico assentado na Arqueologia Pós-Processual.

É possível, portanto, pelo que aqui escrevi, perguntar e investigar sobre o lugar da teoria na Arqueologia brasileira. Sua existência é incontestável. Precisei fazer um desvelamento que explicitasse o que já existe implícito ou oculto. Fundamentei um esclarecimento sobre que teorias estão sendo aplicadas e usadas nas pesquisas arqueológicas. Confirmei que é possível a elucidação sobre a existência e uso de um corpus teórico na Arqueologia brasileira, posto que fragmentado, disperso ou oculto nos textos publicados.

Algumas palavras finais em defesa da teoria na pesquisa acadêmica. Digo defesa, pois no meu entendimento a presença explícita da teoria é fundamental, especialmente na pesquisa realizada pela Arqueologia brasileira. Talvez esta defesa seja hoje considerada uma posição fora das modas, retrógrada ou desnecessária. Em seu lugar estaria sendo recolocado algo como uma reação empiricista.

Este trabalho vai abrindo caminho por entre as sendas aonde vem se assentando teoria nas discursividades da Arqueologia brasileira. Abrir caminho em veredas desconhecidas é ritmo de processo, de vir a ser. Daí que entendo, nesta situação, ser bastante difícil já concluir, fechando, encerrando. Não concluir como somando tomadas, ensaios, indecisões. Trabalhando por entre construir/desconstruir visando não o definitivo, mas o que é processo. A velha história! Saímos pelo mundo buscando res-

postas para perguntas. Enquanto caminhamos, de repente, algumas respostas são encontradas. Porém, ocorre também que, no andar, já mudaram as perguntas. Não concluindo, transito pelo que acredito ser esta movimentação de fronteiras dos mais variados campos produtores de conhecimento. Um movimento que volta a convergir arte com ciência. A Arqueologia como fértil e instigador campo para tal, com sua provocadora transdisciplinaridade. Afinal, entendo que devemos mesmo ser artesãos na produção científica do conhecimento, sem temores do que venha ser arte nesta arteficialidade, do que seja expor a subjetividade de quem pesquisa. Nisto tudo, tendo sempre em vista que trabalhamos com teorias e métodos ao produzir o que ainda chamamos de ciência, no meu entender, com consciência.

Pelo que pesquisei, o lugar da teoria na Arqueologia brasileira está assentado em aderências, colagens, simbioses veladas e ocultadoras no que concerne ao uso de teorias. Pode ser um proposital velamento, reforçador de descritivismos e de dados empíricos, em detrimento de um assumir teórico e conceitualmente explícitos. Ainda que tenha se instalado um jogo entre implícito/explicito em termos de assumir e usar teorias na discursividade da Arqueologia brasileira, a teoria lá está.

A hipótese da tese: é possível a elucidação sobre a existência e uso de um corpus teórico na Arqueologia brasileira, em grande parte fragmentado, disperso ou oculto nos textos publicados. Bem, quanto ao possível digo que sim, pelos resultados obtidos na pesquisa. Tal corpus teórico está representado, de um lado, pelo emprego das quatro posições teóricas arqueológicas - Arqueologia Histórico-Cultural, Processual, Pós-Processual e Escola Francesa. De outro, pelo uso de referenciais teóricos advindos de variados campos do conhecimento, principalmente da Antropologia e da História.

Enfim, toda a problemática trabalhada pode ser reduzida a uma única e fundamental questão que tentei responder na tese: existe teoria na Arqueologia brasileira? Sim, existe. A Arqueologia Processual - implícita e explicitamente - é a posição teórica mais destacada e o autor mais citado é Binford. Seguem-se, respectivamente, as posições teóricas da Arqueologia Pós-Processual, da Escola Francesa e da Histórico-Cultural e com, também respectivamente, os autores mais citados: Hodder, Leroi-Gourhan e Meggers. Dentre os arqueólogos brasileiros, o mais citado é Funari,

vinculado à posição teórica pós-processual.

É possível separar uma prática destituída de reflexão? Existe prática sem pensamento? Teoria é para quem pensa e prática é para quem faz? Que Arqueologia prática é essa, se dizendo sem teoria? Volto aqui à minha escolha, do lugar situado no âmbito da Arqueologia Pós-Processual. Veio afirmar pela teoria como fundamento de se pensar, se interpretar qualquer prática arqueológica. Trazer teoria, trabalhar com teoria, aplicar teoria nos fazeres arqueológicos são desafios. Escavar cansa. Interpretar dói.